

Os Meus Três Amores
o diário de carmen maria de araújo pereira
uma visão de odete costa semedo

Coleção KEBUR II
Série *Palavras de Mulher*

Post scriptum: Depois de recolhidos e revistos todos os textos que compõem a obra da tia Carmen Pereira, discutimos a organização do livro e concordámos que a data do lançamento seria a do seu 80º aniversário, a 22 de setembro de 2016.

Já havia recolhido as fotografias para a Memória Fotográfica, faltando apenas as legendas. No dia 3 de junho, no Palácio do Governo, estive com a tia Carmen e combinámos um encontro para o dia 4, um sábado, para que, com calma, pudéssemos ver as fotos que seleccionei e colocássemos as legendas em cada uma. Despedimo-nos dela, eu e as colegas que estavam no Palácio do Governo. No dia seguinte, recebemos a horrível notícia da morte da tia Carmen. Foi um grande choque, um momento de grande tristeza e consternação para todos. Ninguém queria acreditar que a tia tinha partido assim, subitamente. Foi para mim um momento de comoção. Um sofrimento, um sentimento indescritível!

Tia Carmen foi a enterrar no dia 5 de junho de 2016.

Prefácio

Margarida Calafate Ribeiro
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

"A vida era difícil, passava-se dias sem comer e beber água potável e comíamos o que encontrávamos, mas sempre respeitei essas condições"

Carmen Pereira

Na antiga África colonial portuguesa, os movimentos de libertação começaram a organizar-se no final dos anos 50, e face à intransigência do regime ditatorial português iniciou-se a luta armada, dando origem a uma longa guerra de libertação, logo na então Guiné portuguesa em 1963, em Angola, alastrando-se depois a Moçambique, até 1974. A memória deste longo conflito na sociedade portuguesa contemporânea — para os portugueses a Guerra Colonial — está associada a três acontecimentos, intimamente ligados e que simultaneamente a explicam e a invisibilizam: o final da ditadura salazarista, a Revolução de 25 de abril de 1974 e a descolonização.

Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau a memória deste conflito está associada à luta que desembocou no momento glorioso da independência e da construção da nação rumo à revolução socialista, acontecimentos a partir dos quais se elaborou uma

narrativa fundadora da nação atual e legitimadora dos seus heróis, normalmente declinados no masculino.

Quando a Odete, a Odete da Costa Semedo colocou nas minhas mãos o diário de Carmen Pereira a emoção foi imensa, não apenas pelo gesto em si de ler, em primeira mão, o diário de uma grande senhora das lutas de libertação contra o colonialismo português, e da Guiné-Bissau, em particular, mas também porque chegava até mim, em tom maior, o discurso e a razão do outro lado da luta. A mim, que tinha já trabalhado depoimentos de mulheres sobre o que para os portugueses foi a Guerra Colonial, e que sempre pensei nas mulheres que estavam do outro lado. As mulheres que lutavam pelo seu país, as mesmas que como Carmen respondiam, via Cruz Vermelha, como Carmen fez a uma portuguesa que perguntava pelo seu marido aviador, desaparecido em combate na Guiné-Bissau. No que fui lendo e estudando sobre esta longa guerra, de um lado e do outro da guerra sempre me perguntei: è onde estão as mulheres, aquelas que na sombra e por outros trilhos inventam a vida para que a paz chegue e a vida floresça? Estão aqui nas páginas deste diário, nas cartas trocadas, nos trilhos da guerra e da independência.

Em *African Women in Revolution*, O.W. Maloba defende que está largamente por estudar o impacto da participação das mulheres nas lutas de libertação e nos processos revolucionários. No seu livro, analisa os papéis desempenhados pelas mulheres da Argélia, Quênia, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Zimbabwe

e África do Sul nas lutas de libertação e nas revoluções destes países, questionando o impacto das mulheres no processo revolucionário a partir de questões muito concretas. Como é que os movimentos de libertação definiam a libertação da mulher? Qual a ligação das teorias feministas de emancipação e libertação e a libertação nacional? Será que os movimentos de libertação traíram a luta das mulheres? Algumas destas questões têm vindo a ser tratadas em estudos gerais sobre mulheres e guerra, que começaram a ser publicados na década de 90 e, mais recentemente, pela área dos estudos pós-coloniais ligada aos estudos de mulheres. No caso da África de língua portuguesa, importa destacar alguns trabalhos de carácter mais documental e descritivo que analítico, e que têm vindo a registar o lado feminino da luta de libertação e assim a dar resposta concreta, muitas vezes em primeira pessoa, às questões levantadas por W.O. Maloba. Refiro-me a títulos como *Diário de um exílio sem regresso* (2003) e *Cartas de Langidila e outros documentos* (2004), da guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues, *As Mulheres — um estudo literário*, de Jorge Macedo (2005), *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as Heroínas Sem Nome* (2008), de Dya Kasembe e Paulina Chiziane (orgs), *Heroínas de Angola*, de Limabania Jimenez (2009), *Grupo Feminino de Santa Cecília e o Clero Católico Progressista nos Anos Sessenta* (2012), de Lizette D'Antas, relativos a Angola e *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino* (2013), composto por depoimentos e organizado pela Organização

da Mulher Moçambicana (OMM) entre outros estudos. Porém, nenhum destes estudos, diários ou cartas se iguala a esta voz singular de Carmen Pereira na sua narrativa pessoal da luta pela libertação da Guiné-Bissau.

Esta situação singular não se define apenas por este ser o primeiro, que eu conheça, testemunho feminino da luta na Guiné-Bissau, mas sobretudo porque a sua participação na luta constituía um elemento de diferença importante para o seu questionamento crítico interno, como hoje, pela leitura do diário, nos é possível avaliar. E este questionamento coloca-se sem dúvida a nível político nos debates que traça com outros líderes da libertação, nomeadamente com Amílcar Cabral, mas também porque a sua luta é tão multifacetada que a faz cruzar diversos caminhos e trilhos sobre os quais se questiona e trabalha.

Carmen Pereira é, para além de uma comissária política com a formação adequada, uma formadora das novas gerações, uma produtora e realizadora das suas deslocações e viagens até ao mais pequeno pormenor das roupas a levar, uma angariadora de recursos económicos para a luta através do seu trabalho, uma das responsáveis pela área da Saúde nas zonas de guerra e libertadas, uma cuidadora e sobretudo uma mãe de três filhos que a acompanham e que, em muitos momentos, tem que deixar com familiares ou amigos para que a sua luta não pare, apesar da mágoa que a separação lhe causa. A luta é assim também por eles, pelos seus rapazes e pelas gerações vindouras, para

que estas possam vir a crescer e a viver em liberdade, herdeiros responsáveis da luta dos seus pais. Mas o que também nos prende na leitura deste diário — tecido em volta de um constante questionamento interior, em que o sujeito ao mesmo tempo que se espraia e desfaz, se reconstrói e encontra as forças e as razões para continuar a lutar — concentra-se na questão: o que é que leva uma mulher relativamente urbana, filha de uma burguesia instalada e de vida confortável a ir para esta luta no mato, não sabendo por certo de todas as privações que a esperariam e que a todas venceria com resignação e coragem?

O que leva afinal esta mulher, mãe de três filhos, a enveredar pelos caminhos da formação de quadros para a luta com estadias prolongadas na antiga União Soviética, num insano trabalho múltiplo de formação linguística, profissional e política? Que carisma e liderança tão forte impunha e irradiava dela para que nas situações mais adversas, solitárias e menos esperadas conseguisse resultados surpreendentes? Que alento a movia para, depois de tantos bombardeamentos adversos, de tanta fome e morte de amigos e camaradas, continuar? A resposta parece relativamente simples mas os termos que a compõem são absolutamente complexos: muito desejo de liberdade, muito sofrimento, muito amor. Na verdade, a resposta primeira dada no diário para este impulso de abraçar a luta parece quase a esperada: ia juntar-se ao seu marido que era membro do PAIGC e estava no Senegal. Mas, de facto, depressa percebemos que se tratava antes de uma escolha pessoalíssima e decisiva. O diário é o

desenrolar dessas opções com histórias esperadas e inesperadas e é sobretudo uma lição de vida contra a adversidade que sempre pairava e que se vencida por uma força que não desanima.

O facto de ser mulher e sobretudo mãe colocou-a desde o princípio como uma condição quase intransponível e assim para além de provar a utilidade do seu trabalho na luta, Carmen Pereira teve de mostrar não apenas que ser mãe e militante era possível, mas sobretudo que ser mãe a fazia uma melhor militante. E na sua aparente simplicidade esta formulação foi o trapézio em que se realizou e de onde se erguia a sua força, capaz de lidar com as consequências mais brutais da luta: os feridos, alguns graves, e a falta de quase tudo para os apoiar, a sede, a fome, o luto pelos camaradas tombados em combate, a morte do camarada Amílcar Cabral, em que apesar da dor a luta se impunha, como diz no seu diário: "a melhor forma de chorar a morte de Cabral era nas trincheiras e de armas nas mãos". No final, um debate intenso entre as formas de luta no terreno a que estava habituada e o confronto com a necessidade de exercer cargos nas instituições nascentes no novo país: a representação das mulheres do PAIGC, reconhecendo que não tinha uma vocação especial para esta representação apesar de ser mulher, a representação na Assembleia Nacional Popular, o exercício de cargos na área da Saúde. Sempre a questão latente: será que quem fez a luta pode fazer a nação? Essa é porventura a grande herança que deixa aos seus filhos e às novas gerações.

A fechar, um balanço, um balanço por vezes amargo, fruto das intrigas e das estórias que também compõem e tecem a grande história, mas sempre a certeza de uma participação única num momento em que o individual e o coletivo coincidiram e que gloriosamente, e a tantas penas, fundaram a nação, chão de todos os guineenses.

Coimbra, março de 2015